



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

**ATA DA 7ª REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE DENÚNCIAS DO COMITÊ POP RUA,
REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2025 (QUINTA-FEIRA) ÀS 15H00.**

Participantes Governo: Karen Fernanda (SMDHC), Roberta Cristina (SMDHC), Thais Silva Santos (SMADS), Luciana Braga (SGM), Wilherson Carlos Luiz (MPESP), Maria Isabel Capinan (SGM).

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu

Participantes Organização Social: Mabel Andrade Garcia (ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICIENTE – AEB)

Convidado: Daniela Santiago (SMDHC), Gabriel Henrique (SMDHC/ODH), Andreza Godoy, Victor, Fatima Ramos, Thuane Duran, Wagner dos Santos.

Às 15h10min do dia 14 do mês de agosto do ano de 2025, de forma online, plataforma Teams, reuniram-se os presentes para reunião mensal do subcomitê de denúncias.

Karen inicia sua fala dando boas-vindas aos presentes da reunião, informa sobre pessoas presentes e sobre o comitê de denúncias e abre para falas abertas.

Mabel inicia sua fala e informa que hoje é o fechamento oficial da Casa Franciscana e que está muito complicado e o território está complicado. Informa que tem Polícia Militar em presença bem ostensiva e deixa em ciência que o CTA foi parcialmente interditado pela Vigilância e não poderá atender pernoite e nem fixos novos, e está atendendo menos pessoas até que a Prefeitura e a SMADS façam as adequações pertinentes.

Victor, inscrito, informa que quer deixar duas denúncias: uma sobre a Secretaria de Assistência Social (SMADS) e outra sobre a Ouvidoria de Direitos Humanos. Sobre a SMADS, Victor informa que ultimamente estão percebendo que muitos equipamentos e abrigos estão fechando e ninguém está tomando nenhuma providência eficaz, e que há pessoas doentes na rua, inclusive com câncer. Victor destaca que estava no Centro Pop da Bela Vista com um bebê de 2 anos, que não conseguiram vagas, e que estão dormindo na calçada. Informa ainda, sobre a Secretaria, que ela não luta por PopRua e que núcleos estão fechando. Victor destaca que abriu uma investigação junto com o Ministério Público, com



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

prazo de 15 dias para retorno, e pede para que a Ouvidoria dos Direitos Humanos abra uma sindicância contra a Secretária, que, segundo ele, não está fazendo nada, enquanto todos os dias alguém morre em situações precárias na rua.

Gisele trouxe à atenção diversas questões referentes às denúncias já realizadas e ao auxílio reencontro, ressaltando que muitas famílias que já completaram dois anos no programa estão sendo obrigadas a retornar ao hotel social. Ela destacou que essas famílias estão apresentando sintomas de resfriado e questionou a ausência de acompanhamento efetivo por parte da assistência social. Foi relatado o caso específico de uma mãe com duas filhas que reside em um apartamento com vazamento. A situação já foi denunciada à equipe técnica responsável, que informou que a mãe terá que aguardar a regularização devido à falta de um novo contrato com a Prefeitura. Ademais, a família foi relocada para o segundo andar do local, onde o módulo anteriormente ocupado encontra-se ensopado, agravando as condições de moradia. Gisele também mencionou que o gerente do módulo demonstrou insatisfação pela divulgação dessas informações e que a mãe tem receio de sofrer represálias, baseadas em relatórios considerados mentirosos.

Além disso, Gisele destacou que várias famílias se encontram em situação de rua e relatou que uma conselheira do COMAS recusou-se a aceitar que um usuário fosse levado para atendimento. Enfatizou a necessidade de transferência urgente da mãe mencionada para outro módulo, qualificando a atual situação como um descaso. Por fim, Gisele solicitou que sejam tomadas providências quanto aos casos apresentados e reforçou a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa dentro dos módulos.

Thais informa que, quem entende dos núcleos, especificamente, é Mary. Ressalta que, se não estiver enganada, a decisão sobre o fechamento da Casa Franciscana partiu da própria OSC (Organização da Sociedade Civil) responsável pela gestão do local.

Gisele informa que, em relação a esse tema, ela e Victor encaminharam um ofício solicitando esclarecimentos. A resposta recebida indicou que a Casa Franciscana não possuía estrutura adequada para o atendimento e que muitas pessoas em situação de rua permaneciam na calçada. Acrescenta ainda que diversos moradores do entorno realizaram um abaixo-assinado solicitando o fechamento do local.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Mabel destaca que, conforme as informações obtidas no território, a situação corresponde exatamente ao que foi relatado por Gisele Abreu.

Fátima informa que, embora diversas informações tenham circulado, a SMADS seguia com o atendimento normalmente. No entanto, segundo ela, o proprietário do imóvel vendeu o local, o que motivou o pedido de desocupação do espaço.

Gisele questiona até quando irá perdurar o processo de fechamento da Casa Franciscana e, principalmente, para onde serão encaminhadas as pessoas que estavam sendo acolhidas no local. Reforça que é necessário mudar essa realidade, pois considera uma humilhação ver pessoas em situação de rua implorando por uma vaga. Gisele dirige questionamento direto a Karen e Thais quanto ao retorno sobre o canal 156, e relata a existência de um relatório mentiroso feito por um gerente contra Victor, no qual é afirmado, de maneira equivocada, que ele é usuário de substâncias. Diante disso, Gisele questiona onde estão as visitas e acompanhamentos que deveriam ter sido realizados. Além disso, Gisele aponta que a questão do equipamento localizado no Itaim não foi resolvida, informando que, segundo comunicado, foi dito apenas que haveria necessidade de mudança de local e aluguel de outro imóvel, sem nenhuma solução concreta até o momento. Diante disso, solicita que a Secretaria tome uma posição clara. Gisele também pede retorno da **Diagonal** e da **NDS**, solicitando que haja efetivamente trabalho *com* a população e *para* a população.

Vitor Hugo inicia sua fala e quer que deixe registrado para Thais e esclarece que desde ontem em uma república de alguém chamado Daniel e a SMADS mandou e-mail para esse moço questionando algumas coisas sobre os abrigos que Victor passou e sobre os tempos que ficou em cada um e destaca que em um abrigo que é o da 9 de julho fez um boletim contra um homem chamado Tony contra-argumentos de ele acusar Victor Hugo de usuário. E estão usando o passado dele para impedi-lo de entrar nos equipamentos e ontem foi informado que não poderia entrar na república e que a vaga estava disponível, mas foi impedido de entrar. Victor destaca que Daniel pediu para que ele comparecesse na parte da manhã e enquanto isso está em situação de rua, saúde debilitada e sendo que ele tem um despacho do Ministério Público pedindo urgência para o caso dele.

Thais informa que atendeu Victor e na sequência disparou e-mail para várias coordenações e secretarias para falar do caso dele e sendo assim foi uma mobilização geral e explica para



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Victor que toda vez que se entra em um serviço há um registro e desde o dia que entrou ao dia que saiu e o motivo da saída. E todos os serviços têm acesso a esse sistema.

Thais informa que para adentrar uma república precisa de algumas questões e se tem algumas questões, como projeto de vida e autonomia financeira, pois a república funciona com a renda da pessoa, nesse caso Victor que arca com a própria alimentação e produtos de higiene. Thais destaca que é feito um estudo e que a república ela consultou o SISA do mesmo e viu o histórico e questionou. E informa que o Daniel enviou um e-mail para ela e ela pede que respondam juntos. Detalha que Victor precisa de uma autoanálise e refletir do porquê não consegue permanecer nos locais e tudo mais.

Thais responde a Gisele e destaca que sugeriu que fizesse todas as denúncias por processo SEI e que isso cabe a SMDHC e receber a denúncia e tramitar por coordenações e demora um tempo, mas que a resposta vai chegar e analisa que se tem as reuniões e que é uma falação e as pessoas se excedem e as denúncias não passaram por onde deveriam passar e reitera seu pedido para que as denúncias passem por processo SEI e que assim vão para coordenações que se é de direito, como NDS, e Cpas.

Victor responde à fala de Thais, afirmando que ela está desinformada a respeito de sua situação. Informa que, toda vez que entra em contato com a SMADS, as ligações são gravadas e que, em conversa anterior com Thais, explicou que trabalha, possui todos os seus pertences e que seus objetos estão devidamente guardados. Informa ainda que houve uma decisão judicial relacionada ao seu caso, da qual Thais foi a primeira a saber, e que retornará ao trabalho na semana seguinte. Em relação à colocação de Thais sobre ele “passar por vários serviços”, Victor a convida a vivenciar, por uma semana, a experiência de estar em um serviço: comer a comida servida, dormir no local, lidar com ofensas de orientadores transfóbicos e homofóbicos, e enfrentar situações de violência sexual dentro desses espaços. Destaca que, somente após viver essa realidade, ela poderá opinar sobre o motivo de ele não permanecer nos locais. Victor pede que Thais não diminua os usuários em situação de rua e afirma que ela não sente na pele o que a população em situação de rua sente. Convida Thais a viver por uma semana em um CTA ou abrigo, dormir em camas com percevejos, utilizar vasos sanitários sem tampa, tomar banho gelado, e, só depois dessa experiência, avaliar se conseguiria permanecer ali por dois, três ou quatro meses.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Ressalta que toda a população em situação de rua está cansada da recorrente postura da Proteção Especial de presumir que os usuários estão sempre errados. Segundo ele, essa não é a realidade. Relata estarem exaustos do tratamento desrespeitoso recebido e que o posicionamento de Thais Silva dos Santos não condiz com as reais necessidades da PopRua. Victor alerta que, caso venha a adoecer novamente e tenha o nódulo afetado, responsabiliza diretamente a Secretaria de Assistência Social pela omissão. Declara ainda que, se necessário, enviará e-mails a todas as instâncias possíveis, inclusive ao Papa, e que enquanto estiver em seu direito, continuará se manifestando.

Por fim, informa que possui áudios e provas documentais sobre as violências sofridas dentro de equipamentos, pede desculpas à Karen e reitera que está cansado, assim como toda a população em situação de rua, do constante descaso e invisibilização.

Gisele solicita a palavra e inicia sua fala afirmando que Thais não precisa se antecipar em dizer que ela irá alegar “que é mentira?”, uma vez que a reunião se trata de um espaço destinado à escuta das denúncias e das falas da população em situação de rua. Gisele informa que é conselheira e que tem direitos garantidos para se manifestar. Neste caso específico, destaca que não sabe quem está mentindo, pois, segundo ela, a Secretaria afirma desconhecer os fatos. Informa que são enviados ofícios constantemente, mas que não há respostas. Relata ainda que, em relação à Casa Franciscana, houve manifestações, mas nenhuma devolutiva oficial foi dada. Diante disso, questiona a quem recorrer, uma vez que não se obtêm respostas das instâncias competentes. Questiona também há quanto tempo Thais participa do comitê e onde estão as respostas solicitadas em reuniões anteriores. Gisele pede que a Secretaria tome providências efetivas para resolver as questões levantadas e, caso contrário, solicita que se retirem dos cargos, pois a população em situação de rua está morrendo. Destaca que milhões de reais são investidos na política, e ainda assim, ao ligar para o canal 156, nunca há vagas disponíveis. Relata dificuldades no acesso a vagas tanto no **Hotel Social** quanto na **Vila Reencontro**, e denuncia que alegam que as pessoas só querem atendimento no centro. Para Gisele, esse comportamento é compreensível, visto que a periferia carece de recursos e estruturas adequadas.

Reforça que há casos de urgência e que a população está morrendo, e afirma que todos têm o direito de escolher onde desejam ser acolhidos. Ressalta que muitas pessoas chegam fragilizadas nos serviços e saem ainda piores. Considera absurdo que, dentro das vilas, as refeições não tenham qualidade adequada e defende que deveria haver autonomia para



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

que os próprios moradores possam preparar sua alimentação. Critica o fato de que, quem reside nos locais, precisa aceitar tudo passivamente, sem direito à escolha ou voz ativa. Gisele questiona o destino dos **R\$ 27 milhões**, valor que, segundo ela, é destinado aos núcleos. Aponta que as vagas existentes são apenas para o **Hotel Natal**, e exclusivamente para pernoite. Denuncia que há mães morrendo nas ruas e muitas pessoas em busca de acolhimento, e questiona o motivo de a oferta ser restrita apenas ao período noturno. Por fim, Gisele cobra uma atuação mais efetiva e solicita que se saia dos gabinetes para verificar presencialmente as questões enfrentadas pela população.

Gisele informa que Thais havia dito que iriam fazer uma reunião, para estender o horário e questiona cadê o retorno. Detalha que a população está ficando doente dentro do dos equipamentos e informa que tem que responder criminalmente.

Thais retorna a Victor e informa que, para entrar na república, há um perfil e um critério a serem observados. A república está questionando o NPJ e está questionando o perfil dele. A república pergunta se há um projeto de vida e o que está ocorrendo, pois, pelo SISA, foi verificado o tempo que Victor permaneceu em cada serviço. Thais detalha que há mais perguntas referentes à estadia, como qual é o projeto de vida, inclusive para a saída da república. Ainda informa que ela e Daniela estão “quebrando a cabeça” para elaborar uma resposta e informa que ele precisará assinar um termo de ciência. Thais pede desculpas por ter que se retirar da reunião.

Em relação a Gisele, foi informado que isso faz parte de uma norma. Trata-se de uma norma técnica que norteia os serviços, a qual precisa passar por diversas esferas e locais para que comece a valer. Isso só vai para o território se fizer sentido e, nesse caso, é publicado.

Gisele fala no lugar de Thuane e declara que os empregos oferecidos são somente para limpar banheiro. Ressalta que as denúncias contra a população em situação de rua chegam rapidamente, mas quando são denúncias feitas pela população demora. Gisele fala sobre o descaso, mesmo com Victor, que não teve uma escuta qualificada. Informa que, no caso dela, existem muitas denúncias e medidas protetivas e é preciso verificar por que isso ocorre apenas com elas.

Thuane informa que permaneceu uma semana com Victor e que ele ficou ofendido por ter encontrado alguém que já o agrediu dentro de um espaço que os dois foram, que já sofreu diversas violações. Por isso, pediu que se faça necessária uma conversa entre todos em



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

conjunto para resolver a situação. Ainda assim, aborda a questão da Central de Vagas, apontando que existem 90 mil pessoas em situação de rua e que apenas 30 mil vagas são disponibilizadas para essas pessoas. Thuane afirma que isso precisa mudar.

Victor informa que as falas de Thais são mentirosas. Ele declara que realiza prostituição dentro da república para poder se alimentar e tomar banho, já que o poder público e a assistência social não lhe garantem esses direitos. Relata que possui imagens e laudos que comprovam que está doente. Afirma que não precisa que Thais lhe dê uma aula sobre como viver ou não viver em uma república, pois já passou por uma em Santana, onde ele mesmo realizava todas as suas atividades. Assim, deseja deixar registrado que, se vier a falecer nas ruas, a responsabilidade será da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), que, segundo ele, está sendo omissa e utilizando seu passado contra ele. Mais uma vez, sai da reunião sem uma vaga, apesar de já haver uma ordem judicial a ser cumprida — a qual não está sendo respeitada. Detalha que já possui mais de três relatórios médicos e reforça a omissão dos responsáveis.

Victor deixa registrado que a vaga não está sendo disponibilizada por conta da Secretaria de SMADS. Informa que enviará diversos e-mails com laudos médicos, diagnósticos e demais documentos às ONGs e ao prefeito, para que todos fiquem cientes do que está acontecendo.

Karen retorna e informa que é de suma importância o que Victor está detalhando. Pergunta se Gabriel, da ODH, conseguiu pegar as denúncias registradas durante a reunião. Relata que tentou contato, mas não obteve retorno, e questiona se há algum dia definido para atendimento. Victor responde que não aceitou o atendimento porque fez uma denúncia sobre uma pessoa trans que foi espancada no Parque Dom Pedro. Na ocasião, a polícia os abordou de forma violenta. Gabriel acolheu a situação, fez o relato e afirmou que o encaminharia aos órgãos competentes. No entanto, Victor afirma que nunca houve devolutiva. Acrescenta que, se nem no caso da amiga trans, que faleceu, houve resposta, imagina no caso dele.

Gabriel informa que é necessário saber quem realizou o encaminhamento. Explica que a Ouvidoria dos Direitos Humanos é diferente da do Ministério Público. Pergunta se Victor deseja que seja feito um novo contato. Karen também questiona e solicita o protocolo da solicitação, afirmando que é um ponto importante. Victor confirma que deseja sim, pois sua



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

situação é grave. Informa que até o Fórum Trabalhista está cobrando o cumprimento da ordem judicial, podendo haver multa diária para garantir-lhe uma vaga.

Karen pergunta novamente a Gabriel se as denúncias foram coletadas.

Gisele pergunta para Karen sobre o ofício encaminhado para Adalberto Almeida (SMDHC) para solicitar uma reunião com o secretário de Habitação. Pede para que seja feita essa consulta junto ao coordenador Adalberto Almeida. Karen informa que encaminhará a solicitação e acredita que a ouvidoria tenha coletado as denúncias feitas nas reuniões. Finaliza-se, então, a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

1	Ofício de Gisele para Adalberto	Solicita resposta	14/08	SEHAB
2	Central de vagas	Quantidade de vagas disponíveis	14/08	CPAS